RESOLUÇÃO Nº 2392, DE 10 DE OUTUBRO DE 2002

~~Dispõe sobre os Núcleos e Laboratórios existentes na UNIRIO.~~

~~Os Conselhos de Ensino e Pesquisa e Universitário, em sessão conjunta realizada no dia 10 de outubro de 2002, de acordo com o teor do Processo n.º 23102.001.292/2001-44, aprovaram e eu promulgo a seguinte Resolução:~~

~~**Art. 1º** - Ficam aprovados os Núcleos e Laboratórios existentes na Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, conforme relação anexa à presente Resolução.~~

~~**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da UNIRIO, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Pietro Novellino
Reitor~~

RESOLUÇÃO Nº 2394, DE 10 DE OUTUBRO DE 2002

Dispõe sobre a aprovação das Normas para Concurso de Habilitação à Livre Docência.

O Conselho de Ensino e Pesquisa, em sessão realizada em 10 de outubro de 2002, de acordo com o teor do Processo nº 23102.001.750/2002-26, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Normas para Concurso de Habilitação à Livre Docência no âmbito da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO, que a esta acompanham.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da publicação no Boletim Interno da UNIRIO, revogada a Resolução nº 707, de 9 de junho de 1989, e demais disposições em contrário.

Pietro Novellino
Reitor

Anexo à Resolução nº 2.394, de 10.10.2002

NORMAS PARA CONCURSO DE HABILITAÇÃO À LIVRE DOCÊNCIA

CAPÍTULO I DO CONCURSO

Art. 1º - A habilitação à Livre Docência na UNIRIO será feita mediante Concurso Público de provas e títulos e defesa de tese, na forma destas normas e de acordo com o disposto na Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, alterada pela Lei nº 6.096, de 05 de setembro de 1974, bem como o disposto no art. 53, inciso VI da Lei nº 9.394/96 (LDB).

Art. 2º - A proposta de realização de Concurso de Habilitação à Livre Docência é da competência dos Colegiados dos Departamentos de Ensino, ouvido o Conselho do Centro respectivo.

Parágrafo único - A proposta de abertura do concurso é da responsabilidade do Centro Universitário e, após instrução do processo pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, será objeto de despacho conclusivo do Magnífico Reitor.

Art. 3º - O Edital de abertura do Concurso de Habilitação à Livre Docência será publicado no Diário Oficial da União, no Boletim da UNIRIO, afixado nos quadros de aviso da unidade a que pertence o Departamento a que se vincula o concurso, e estará disponível no endereço <http://www.unirio.br>.

Art. 4º - O programa da área de conhecimento em concurso, aprovado pelo Colegiado do Departamento, ficará à disposição dos interessados na Decania do Centro Universitário, durante o período de inscrição.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO

Art. 5º - Constitui requisito para inscrição no Concurso de Habilitação à Livre Docência o candidato possuir o Título de Doutor obtido em Programa de Pós-Graduação reconhecido pela CAPES.

Parágrafo único - Tratando-se de diploma obtido no exterior, deverá ser comprovada a sua revalidação.

Art. 6º - No ato da inscrição, além de atender à exigência constante do art. 5º, o candidato deverá:

- a) formalizar a inscrição mediante requerimento dirigido ao Decano do Centro Universitário, relacionado com a área de conhecimento em concurso;
- b) apresentar a seguinte documentação:
 - I- diploma de doutorado;
 - II- diploma de curso superior e respectivo histórico escolar expedido, por instituição oficial ou reconhecida, relacionado ou afim à área de conhecimento em concurso;
 - III- documento de identidade;
 - IV- recibo de pagamento da taxa de inscrição;
 - V- memorial em 6 (seis) vias, juntamente com 1 (uma) via de documentação comprobatória;
 - VI- 10 (dez) exemplares da tese, impressa ou submetida a qualquer outra forma de multiplicação, que garanta boa apresentação gráfica, pertinente a assunto diretamente relacionado à área do conhecimento em concurso.
- c) declarar por escrito que conhece e aceita as instruções vigentes para o Concurso.

§ 1º - Não será permitida a inscrição condicional.

§ 2º - As inscrições não deferidas serão canceladas, não sendo devolvida a taxa de inscrição.

Art. 7º - Deverão constar do memorial, de que trata a alínea b, inciso V, do art.6º, os títulos referentes à formação acadêmica, os trabalhos publicados, as atividades técnico-científicas, artísticas, culturais e profissionais, e outras informações que julgar necessárias à avaliação de seus méritos.

Art. 8º - O prazo para inscrição será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do Edital no Diário Oficial da União.

Art. 9º - Caberá ao Colegiado do Departamento, ao qual o concurso está vinculado, deferir ou indeferir as inscrições dos candidatos, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do término das inscrições.

§ 1º A lista dos candidatos com as inscrições deferidas estará disponível na Decania do Centro em que se localize o concurso, bem como no endereço <http://www.unirio.br>.

§2º - O Decano do Centro notificará o candidato do indeferimento da inscrição, mediante telegrama, com cópia e comprovação de recebimento.

§3º - O candidato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, após o recebimento da notificação, poderá recorrer, fundamentadamente, ao Decano do Centro.

Art. 10 – O candidato poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da publicação da Comissão Examinadora no Boletim da UNIRIO e no endereço <http://www.unirio.br>, impugnar um ou mais membros da referida Comissão, mediante representação fundamentada dirigida ao Reitor, cabendo ao Colegiado do Departamento e ao Conselho do Centro deliberar a respeito.

Art. 11 - O concurso realizar-se-á dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da divulgação de que trata o art. 9º, podendo este prazo ser prorrogado, por motivo de força maior, a critério do Conselho de Ensino e Pesquisa.

CAPÍTULO III DA COMISSÃO EXAMINADORA

Art. 12 - A Comissão Examinadora do Concurso será constituída de 5 (cinco) Professores Titulares ou Professores Eméritos.

§1º - Dois examinadores e um suplente, pertencentes ao quadro da UNIRIO, indicados pelo Departamento vinculado à área de conhecimento em Concurso, sendo preferentemente dentre os Professores que o integram.

§2º - Três examinadores e um suplente, de universidades públicas, obrigatoriamente não vinculados aos quadros da UNIRIO, escolhidos pelo Conselho do Centro Universitário, vinculado ao Concurso, de uma lista de 6 (seis) nomes indicados pelo respectivo Colegiado do Departamento.

§3º - Cabe ao Reitor convidar, mediante ofício, os membros da Comissão Examinadora.

§4º - Em qualquer fase do concurso, os examinadores que faltarem serão substituídos pelos respectivos suplentes.

Art. 13 - É vedada a participação na Comissão Examinadora de professores que tenham parentesco até 3º grau, inclusive, com os candidatos inscritos.

Art. 14 – Os candidatos inscritos deverão tomar conhecimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do local, dia e hora da instalação da Comissão Examinadora, através de comunicado afixado no quadro de avisos da Decania do Centro vinculado à área de conhecimento em concurso, e disponível na Internet no endereço <http://www.unirio.br>.

Art. 15 - A Presidência da Comissão Examinadora caberá ao Professor Titular que contar maior tempo na referida classe da UNIRIO, salvo em caso de outro examinador exercer, na UNIRIO, função administrativa hierarquicamente superior.

§1º - A Comissão Examinadora terá um Secretário, escolhido dentre seus membros.

§2º - A instalação dos trabalhos e as provas serão realizadas sempre em a presença da totalidade dos membros da Comissão Examinadora.

Art. 16 - A Comissão Examinadora será instalada pelo Decano do Centro, ao qual se vincula a área do conhecimento em concurso, no dia, hora e local, de acordo com o art.14, com a presença dos candidatos inscritos.

CAPÍTULO IV DAS PROVAS

Art. 17 - O Concurso de Provas e Títulos à Livre Docência abrangerá os seguintes exames:

- 1 - Prova de Títulos e Trabalhos;
- 2 - Prova Escrita;
- 3 - Prova Didática;
- 4 - Prova Prática;
- 5 - Defesa de Tese.

Parágrafo único - A prova prática só será exigida em concurso para a área e conhecimento que ministre ensino prático, com programa aprovado na forma do art. 4º, sendo especificada no Edital do Concurso.

Art. 18 - Na prova de títulos serão considerados os documentos omprobatórios constantes do memorial, de acordo com os critérios estabelecidos pela Comissão Examinadora.

§1º - No julgamento dos títulos, referentes à formação acadêmica, considerar-se-ão:

- a) o relacionamento com a área de estudo ou campo específico de conhecimento;
- b) a duração do curso ou estágio;
- c) a carga horária;
- d) o nível do Curso;
- e) as notas de aprovação final.

§2º - No julgamento dos títulos decorrentes da experiência profissional, relacionada com o ensino, a pesquisa e a extensão, considerar-se-ão:

- a) a forma de provimento e de relacionamento com a área ou campo específico de conhecimento;
- b) o nível do cargo ou função;
- c) o período de exercício;
- d) a atividade desenvolvida.

§3º - No julgamento dos trabalhos publicados, considerar-se-ão:

- a) o conteúdo da publicação ou reproduções artísticas;
- b) o relacionamento com a área ou campo específico de conhecimento;
- c) contribuição que oferecem à sociedade.

§4º - No julgamento dos trabalhos apresentados em Congresso, Seminários, Simpósios e outros tipos de reuniões científicas, considerar-se-ão:

- a) o relacionamento com a área ou campo específico de conhecimento;
- b) a contribuição pessoal do candidato;
- c) a originalidade do tema desenvolvido.

§5º - No julgamento dos títulos de atividades profissionais, decorrentes de aprovação em concursos anteriores, considerar-se-ão:

- a) o nível;
- b) a área ou campo específico de conhecimento;
- c) os pontos alcançados;
- d) a classificação entre os concorrentes.

Art. 19 - Da prova escrita

I - A prova escrita será realizada com duração máxima de 6 (seis) horas e visa à demonstração de atualização na matéria, profundidade de conhecimento, clareza de exposição, capacidade de síntese e ordenação lógica do pensamento;

II - Para a prova escrita, a Comissão Examinadora deverá elaborar lista de 10 (dez) a 20 (vinte) pontos sobre matérias contidas no programa e submetê-los a sorteio, no momento imediatamente anterior ao início da prova;

III - Os candidatos terão conhecimento dos pontos antes do sorteio, sendo-lhes facultado impugnar os que estejam em desacordo com

as normas do concurso ou solicitar esclarecimentos, cabendo à Comissão Examinadora decidir, sobre o assunto;

IV - O sorteio do ponto para a prova escrita será procedido pelo candidato inscrito em primeiro lugar, dentre os presentes;

V - A prova escrita, após entregue pelos candidatos, será depositada em envelope lacrado e rubricado pelos integrantes da Comissão Examinadora e pelos candidatos;

VI - O envelope será aberto em sessão pública, em data e hora fixada pela Comissão Examinadora e cada candidato, obedecida a ordem de inscrição, procederá à leitura de sua prova, sob a fiscalização de outro candidato, quando houver, ou de um dos examinadores, indicado pelo Presidente da Comissão;

VII - É facultada a cada membro da Comissão Examinadora ler, pessoalmente, a prova, após a sua leitura pelo candidato.

Parágrafo único - Cada examinador registrará o grau conferido ao candidato, levando em consideração o disposto no inciso I do art.19.

Art. 20 - Da prova didática

I - A prova didática visa à demonstração da capacidade de comunicação, síntese, fluência, domínio e atualização dos conhecimentos sobre o tema;

II - Esta prova consistirá na apresentação oral de um tema, sorteado com 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, em relação ao início da aula a ser ministrada, de lista de 10 (dez) a 20 (vinte) pontos, elaborada pela Comissão Examinadora;

III – No caso de impugnação de algum ponto sorteado, serão observados os mesmos critérios no inciso III do art.19;

IV - A realização da prova pelos candidatos far-se-á obedecendo à ordem de inscrição no concurso, permitida a divisão dos mesmos em grupos, em dias diferentes, com pontos sorteados, na forma do inciso II;

V - A prova didática, realizada em sessão pública, terá a duração mínima de 50 (cinquenta) e máxima de 60 (sessenta) minutos, sendo vedada a sua assistência pelos demais candidatos;

VI - Antes do início da prova didática, cada candidato entregará à Comissão Examinadora seu plano de aula, em 5 (cinco) vias.

Parágrafo único - Concluída a exposição da prova didática, cada examinador registrará o grau que conferir ao candidato, levando em consideração o plano de aula, o nível, o conteúdo, a qualidade da exposição e a propriedade na utilização de recursos didáticos.

Art. 21 - Da prova prática

I - A prova prática destina-se a evidenciar a capacidade operacional do candidato em tarefas que envolvam elaboração, execução ou crítica associados ao trabalho didático, poderá não ter caráter público, sendo aplicada quando a área em Concurso incluir no seu programa ensino prático;

II - A prova prática versará sobre tema sorteado de uma lista elaborada pela Comissão Examinadora, dentre os assuntos do

programa de área em concurso e sempre que possível comum a todos os candidatos;

III - Após o sorteio do ponto, será concedido ao candidato o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para requisição do instrumental e do material necessário à execução da prova, que terá duração máxima de 5 (cinco) horas e terminará com um relatório sucinto escrito, ou oral se necessário, porém redigido dentro do tempo previsto para a prova.

IV - Cabe à Comissão Examinadora marcar o início da execução da prova, considerando a natureza do material requisitado e argüir o candidato, quando julgar necessário.

Parágrafo único - Concluída a leitura do relatório da prova prática pelo candidato, cada examinador registrará o grau conferido, levando em consideração a capacidade técnica, o planejamento e execução da demonstração e o poder de síntese no relatório final.

Art. 22 - Da Defesa da Tese

I - A prova de Defesa de Tese visa à demonstração pelo candidato de domínio do assunto, capacidade de argumentação e exposição lógica de conceitos, bem como à contribuição pessoal do autor ao desenvolvimento do tema, à originalidade e ao interesse técnico, científico ou cultural do texto;

II - O tema da tese é de livre escolha do candidato, dentre os da área de conhecimento em concurso, devendo ser um trabalho inédito, elaborado pelo candidato para efeito deste concurso, e que não tenha sido objeto de julgamento em outro concurso;

III - A prova de defesa de tese será realizada em sessão pública, cabendo a cada integrante da Comissão Examinadora o tempo máximo de 30 (trinta) minutos para argüir o candidato, sendo garantido a este, igual tempo para defesa;

IV - Não será permitida a interferência de qualquer dos membros da Comissão Examinadora, durante a defesa do candidato.

Parágrafo único - Concluída a defesa de tese pelo candidato, cada examinador registrará o grau que conferir ao mesmo, levando em consideração o disposto no inciso I do art. 22.

Art. 23 - Cada examinador atribuirá, após a conclusão de cada prova, graus de 0 (zero) a 10 (dez) a cada candidato, em cédulas que deverão ser guardadas em envelopes lacrados e rubricados pelos examinadores, permanecendo sob custódia do Presidente ou Secretário da Comissão Examinadora, até o julgamento final.

Parágrafo único - O grau conferido à prova de Títulos e Trabalhos será o resultado da conversão dos pontos à ela atribuída pela Comissão Examinadora.

Art. 24 - Encerrada cada prova, a Comissão Examinadora lavrará a respectiva ata.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO FINAL

Art. 25 - Após o encerramento da última prova, em sessão pública, a Comissão Examinadora procederá à apuração dos resultados, efetuando o cálculo da média aritmética das notas atribuídas a cada candidato.

Art. 26 - A Comissão Examinadora, após a apuração final, redigirá relatório com o quadro geral das notas e a indicação dos aprovados, sendo desclassificados os candidatos que receberem, de 3 (três) ou mais examinadores, grau inferior a 5 (cinco) na mesma prova, ou média inferior a 7 (sete) em todas as provas realizadas.

Art. 27 - O Parecer Final da Comissão Examinadora, indicando expressamente a habilitação ou não dos candidatos, será submetido à apreciação do Conselho do Centro da área em concurso e, posteriormente, à homologação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, que só poderá rejeitá-lo em caso de manifesta irregularidade, por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Art. 28 - Após a homologação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação publicará no Diário Oficial da União o edital contendo a relação das áreas e os candidatos habilitados à Livre Docência.

§1º - Do resultado do Concurso caberá recursos ao Conselho de Ensino e Pesquisa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Edital referido no *caput* deste Artigo.

§2º - Recebido o recurso no prazo regulamentar, o Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa designará Comissão constituída por membros deste Conselho para análise e elaboração de relatório a ser julgado por este Conselho.

Art. 29 - A expedição e o registro dos Diplomas de Livre Docência obedecerão ao disposto na legislação em vigor.

Art. 30 - As despesas do Concurso de Habilitação à Livre Docência correrão à conta da dotação orçamentária própria da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Art. 31 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor, cabendo recursos ao Conselho de Ensino e Pesquisa.

~~RESOLUÇÃO Nº 2395, DE 10 DE OUTUBRO DE 2002~~

~~Dispõe sobre normas e procedimentos relativos ao cálculo do Coeficiente de Rendimento (CR) e do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CRA) dos alunos de Graduação e Pós-Graduação da UNIRIO~~

~~O Conselho de Ensino e Pesquisa em sessão realizada no dia 10 de outubro de 2002, de acordo com o teor do Processo nº 23102001924/2002-50, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:~~